



ISSN 1981 - 3031

## MUTUALISMO, INSTRUÇÃO E IDEOLOGIA (MACEIÓ, SÉCULO XIX)

Oswaldo Maciel (PPGH-UFPE/UNEAL/UFAL)

os.maciel@yahoo.com.br

**RESUMO:** É relativamente bem conhecida a existência da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* particularmente a partir do relato de Félix Lima Júnior, contido no livro *Maceió de outrora vol. II* (EDUFAL, 2001). Menos conhecida é a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* que existiu na década de 1880. Juntas, estas duas entidades constituíram-se nas duas únicas associações de socorros mútuos dos empregados do comércio da capital alagoana. A partir da análise dos relatórios e atas das reuniões e assembléias, notícias esparsas saídas na imprensa e outros documentos deixados por estas sociedades, apresentaremos a experiência de educação encampada pelo mutualismo caixeiral maceioense. Além deste material, analisaremos o pensamento de Guido Duarte, principal articulador da Sociedade Instrução e Amparo, no que se refere mais diretamente à instrução dos trabalhadores. Assim, além de apresentarmos o modo como os caixeiros encaravam a educação formal, discutiremos aspectos da ideologia subjacente a tais projetos pedagógicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mutualismo – Instrução - Ideologia

### INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo que vimos realizando sobre o mutualismo caixeiral em Maceió entre 1879 e 1917. Particularmente, foco na *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* (1879-195...?) [doravante *Perseverança*] e na Sociedade Instrução e amparo dos Caixeiros de Maceió (1882-1894?) [doravante, *Instrução e Amparo*]. Mas especificamente, o material que vai aqui redigido é parte do capítulo em que apresentamos a formulação ideológica do mutualismo caixeiral em Maceió. Nesta formulação, percebemos um diálogo amplo e multifacetado com diversas correntes políticas e sistemas de pensamento ou ideologias de matriz européia, que vimos sendo encetado pelos caixeiros ao longo de todo o

período estudado. Deste quadro mais amplo, para o que nos interessa nesta comunicação, abordamos de forma resumida as idéias e o pensamento de Guido Duarte, principal articulador da *Instrução e Amparo*, focando primordialmente seus princípios pedagógicos de matriz positivista, a partir de sua leitura do evolucionismo de Herbert Spencer. Apresentamos, ainda, um pouco da experiência da instrução formal que a mutual dos caixeiros presidida por ele realizará. Obviamente, pelas características próprias de um texto desta natureza, alguns dos pontos abordados aqui receberam análise básica, sem a densidade necessária devida a tais questões. Cabe salientar, todavia, que tentamos não descurar da relação que a singularidade do que vai ser tratado aqui estabelece com a totalidade. Assim, em que pese o recorte que demos ao objeto específico desta comunicação, estamos entendendo ele como inserido num todo social muito mais amplo, comportando um conjunto de relações dialéticas extremamente complexas e que só adquirem sentido através de categorias de mediação entre os dois pólos do problema. Salientamos ainda que as principais fontes de pesquisa deste material foram os jornais Guttemberg (1883) e Diário da Manhã (1882/5), publicados em Maceió. Convém assinalar, por fim, que parte dos estudos que apresentamos aqui foram apoiados por bolsa do CNPq.

## **GUIDO DUARTE, ROMEIRO DA INSTRUÇÃO E DA MUTUALIDADE**

Guido Martins Duarte nasceu em 1842, tendo falecido em 11 de outubro de 1893. Sua biografia reflete a aspiração mais comum entre os empregados do comércio, a de ascender socialmente, ora se estabelecendo com negócio próprio, ora exercendo cargos de natureza administrativa ou burocrática e, se possível, tornando-se um beletrista de prestígio na sociedade. Aos 24 anos ingressa na carreira de auxiliar do comércio como Guarda-livros da Companhia União Mercantil de Fernão Velho, alcançando o posto de secretário da Associação Comercial de Maceió, em 1890. Entre 1877 e o final da vida colaborou assiduamente em diversos jornais e órgãos periódicos de Maceió, dentre os quais: *O Século* (?-1877), *A Estréia*, *Gazeta de Notícias*, *O Orbe* (1879/82), *José de Alencar* (órgão do *Club Literário José de Alencar*, 1882-?), *A Nova Crença* (1884), e *Guttemberg* (1882-?, órgão inicialmente da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos). Sua trajetória literária foi coroada com a entrada no quadro de sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas em 1884. Foi presidente e principal

articulador da *Instrução e Amparo* ao longo de toda existência da entidade (1882-4?), além de ter participado da diretoria da *Sociedade Libertadora Alagoana* (1884/8). Foi abolicionista, republicano e um dos principais divulgadores do positivismo e do evolucionismo em Alagoas (BARROS: 2005, 440; SANT'ANA: 1989, 43/6).

## EVOLUCIONISMO E POSITIVISMO

A partir do material que consultamos acerca do pensamento e das idéias de Guido Duarte, e em parte pela sua atuação, parece-nos que ele se configura como um pensador que, em termos ideológicos, posiciona-se a meio caminho entre o positivismo e o evolucionismo. Moacir Sant'ana constata que mesmo antes da fundação “da nossa primeira sociedade positivista” no Rio de Janeiro em abril de 1876, “já existia em Alagoas adeptos da doutrina de Comte”. Neste quadro de surgimento do positivismo, Duarte seria um “republicano histórico” que divulgava-o no *Club* José de Alencar, do qual fazia parte, e classificava Comte como “um dos mais ilustres talentos do século presente” (SANT'ANA: Op. Cit., 43). Este positivismo deve ser nuançado com os ideais mais amplos do evolucionismo, como advogava Duarte.

Ao longo do mês de agosto de 1883, Guido Duarte traduz para o jornal Guttemberg uma parte do primeiro capítulo de um texto mais longo de Herbert Spencer intitulado *Sobre a Educação*. A parte transcrita refere-se mais diretamente ao item “Que conhecimento tem mais valia?” e constitui-se em uma série de cinco artigos que não foi concluída. Aparentemente a tradução, que lhe consumia tempo demasiado, foi abandonada pela disputa que Guido Duarte começa a travar, pelas páginas do jornal, com a *Perseverança e Auxílio* naquele período. Apesar de incompleto, ele ajuda a esclarecer aspectos do pensamento de Duarte.<sup>1</sup> Para facilitar a leitura do resumo das principais idéias contidas nos trechos publicados por Duarte, o material vai redigido sem referências específicas a cada uma das passagens e notas, dando destaque aos pontos centrais no que toca ao recorte de nossa comunicação.

---

<sup>1</sup> Cf. SPENCER, Herbert. Sobre a educação – Capítulo I [Tradução de Guido Duarte]. In: Guttemberg. Maceió, 7 de agosto de 1883, p. 1; IDEM, 12 de agosto de 1883, p. 3; IDEM, 16 de agosto de 1883, p. 3; IDEM, 25 de agosto de 1883, p. 1; IDEM, 30 de agosto de 1883, p. 3. Em função da notação das normas indicadas para a publicação desta comunicação, deixamos de realizar as referências de modo mais preciso. A partir de agora, indicaremos apenas o título do jornal e a data do mesmo, quando necessário.

No artigo que abre a série, Spencer observa que escolhemos o que estudamos pela rotina e pelo preconceito e não pelo entendimento refletido pois não pensamos “de um modo racional” quais seriam “as coisas que merecem realmente ser aprendidas”. E então nos perguntamos porque escolhemos este ou aquele “ramo de instrução”, gastando um determinado tempo “exigido para adquiri-lo?”. A questão tratada refere-se ao valor relativo e prioridade que se deve dar a isto ou aquilo, pois o problema do tempo pedagógico é fundamental na medida em que “mui pouco tempo temos para instruirmos [...] Logo, devemos procurar empregá-lo da maneira mais vantajosa.” Assim, é preciso saber como se deve viver? Quais decisões tomar ao longo da vida. Percebe-se, aqui, claramente, uma das preocupações que será a tônica do ensino mútuo no Brasil, a saber, a que se refere a uma melhor otimização dos esforços, do tempo e dos resultados empreendidos na instrução popular. Apesar de se configurar em uma nova leitura pedagógica para se pensar a instrução no Império brasileiro, percebe-se que já havia um solo de confluência com algumas questões que já vinham sendo debatidas e enfrentadas em outros projetos e propostas educacionais do período.

Para Spencer, segundo a tradução de Duarte, o objetivo central da educação é preparar o indivíduo “para a vida completa” e que, portanto, a melhor forma de avaliar de “maneira racional” um sistema educativo é tomar como critério “saber até que grau preenche ele tal objetivo.” Nestes termos é necessário hierarquizar as atividades humanas a partir de uma ordem racional, onde tal hierarquia corresponda a etapas distintas de educação. Assim, teríamos que a educação deve ser tomada na seguinte ordem: a que objetiva “a conservação direta do indivíduo, a que lhe ensina a prover o seu mantimento, a que lhe ensina a criar a família, a que forma o bom cidadão, e finalmente a que permite gozar de todos os cômodos da vida.” O pensador adverte, contudo, que esta divisão não é estanque entre cada uma das hierarquias, e que internamente a cada uma existem gradações de interesses e utilidades etc. Apesar disto, as grandes divisões devem subordinar-se umas as outras.

Justificando a classificação que elaborou, Spencer indica que deve ser dado destaque particularmente a precedência do indivíduo em relação à família e desta em relação ao Estado, posto que a necessidade de prover a sua própria sustentação precede a da família por motivos óbvios, pois sem o indivíduo esta não existiria. Com relação a segunda precedência, ele afirma que “no desenvolvimento sucessivo da sociedade, a família precedeu ao Estado; por isso que foram criados filhos sem dependência da existência deste”. Disto segue-se que “tem os deveres do pai de família uma importância

superior aos do cidadão”. Em outras palavras, a propriedade privada seria mais importante que o bem comum geral: “é fundada sobre a da família a prosperidade da sociedade”, nestes termos “a ciência que mais diretamente concorre para o desenvolvimento daquela [ou seja, da prosperidade da família], deve colocar-se a frente da que assegura a existência desta [a prosperidade do Estado]”. O mesmo princípio valeria para a relação entre a educação para a cidadania e a educação literária e artística. Assim, teríamos que a educação deve ser útil, fisiologicamente responsável, garantindo a sobrevivência individual. Só então ela pode se dedicar ao civismo, preparando o indivíduo para viver como cidadão. Em uma última ordem de preocupações estariam o estudo das humanidades e a erudição literária, para obtenção de “uma preparação completa em todas essas divisões”.

Esta série de artigos de Spencer, para efeito do que vimos desenvolvendo aqui, serve duplamente. Por um lado, ajuda a entender um pouco do que seria a perspectiva da pedagogia evolucionista e positivista, corrente que, em que pese possuir poucos adeptos no Brasil do Segundo Reinado, obteve alguma penetração a partir da propaganda de publicistas, políticos e pedagogos. Por outro lado, visa esclarecer uma importante referência de Guido Duarte não só em termos de princípios pedagógicos que informavam as bases do projeto e da prática que vai exercer nas aulas e conferências que ministrava na *Instrução e Amparo*, mas também serve para caracterizar melhor a ideologia política mais ampla deste verdadeiro intelectual orgânico da classe caixeiral maceioense do último quartel do século XIX. Apesar de ser associado mais diretamente ao evolucionismo, a obra de Herbert Spencer (1820-1903), é caracterizado também pelo positivismo e, junto com ele, pelo cientificismo e pela crença no progresso da humanidade. A obra de onde Duarte traduziu o trecho publicado na série possui o título completo de *Educação intelectual, moral e física* (CAMBI: 1999, 471), e terminou sendo uma espécie de “manifesto do positivismo pedagógico” que principalmente comportava uma crítica da educação tradicional, anti-utilitarista e decorativa. O positivismo, enquanto corrente pedagógica, articula-se em consonância com o método científico, sob o primado da indução, da observação orgânica, da argumentação dedutiva e da coerência sistemática. Este quadro cientificista, no entanto, era ainda muito insipiente particularmente no que toca a produção de conhecimento e reflexões em torno das diversas demandas oriundas de um novo princípio educativo que pretendia se impor à sociedade. Junto a este quadro oriundo das hostes científicas, temos um princípio valorativo amplo de que a educação é um “dever” do estado moderno e um

“direito” do cidadão, sem disfarçar sua adesão à ordem social vigente, que deveria apenas ser melhorada a partir da evolução natural da mesma (IBIDEM, 467/72).

Durante o século XIX, particularmente na segunda metade, a longa tradição humanista, literária e retórica oriunda das instituições pedagógicas de origem religiosa passa genericamente a ser criticada em nome de um ensino prático, com características laica e técnica mais acentuadas. É neste quadro mais amplo de desenvolvimento das idéias pedagógicas que vimos surgir o debate acerca do positivismo na educação brasileira. Em certa medida poderíamos dizer que, a partir de um determinado momento, na oposição entre a velha forma de ensino e a novidade que surgia, oriunda das transformações pelas quais passava a sociedade, ocorria uma espécie de divisão social do trabalho educacional: enquanto as instituições religiosas continuavam a oferecer uma educação com características humanísticas exacerbadas, a tendência dos estabelecimentos educacionais sob orientação positivista era a implementação de um ensino com características mais técnicas.

## **A EXPERIÊNCIA DA INSTRUÇÃO NA SOCIEDADE INSTRUÇÃO E AMPARO DOS CAIXEIROS DE MACEIÓ**

As aulas noturnas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, ocorrendo entre as 6 e às 9 da noite, começam a funcionar em 23 de outubro de 1882, tendo sido preparado um salão “com todos os utensílios necessários”, ofertando-se as disciplinas de Português, Aritmética e Escrituração Mercantil “além de outras matérias”. Com número reduzido de matrículas, frequência mediana e aproveitamento baixo, as aulas encerram-se neste primeiro ano em 20 de dezembro.

As aulas de Língua Portuguesa, Aritmética e Escrituração Mercantil, pelas habilidades exigidas no tirocínio comercial, são expectativas naturais para um curso de preparatórios ofertado por uma sociedade caixeiral. De praxe, eram exigidos os rudimentos das primeiras letras e das operações básicas da matemática, ofertadas pelas duas primeiras disciplinas. Já a Escrituração Mercantil significava a possibilidade de aquisição de um saber mais aprofundado na matemática e que fosse aplicado às técnicas comerciais mais comumente exigidas em atividades de balanço, conferência de estoques, vendas a prazo, cálculos de juros nas amortizações de dívidas, etc., atividades

corriqueiras para os que galgassem um posto mais alto na carreira de empregado do comércio. Nestes termos, em certa medida, percebe-se que há alguma confluência entre os princípios pedagógicos defendidos por Guido Duarte e as cadeiras analisadas até aqui. Porém, algo se complica na explicação da cadeira de Francês inserida nestas aulas noturnas. Podemos avançar um pouco em sua análise, sem contudo sermos conclusivos, no sentido de entender que tal escolha era extremamente comum posto que, na aquisição de uma segunda língua, o idioma francês possuísse prestígio social e cultural suficiente para justificá-lo em detrimento do Inglês que, nas práticas comerciais de uma cidade portuária como Maceió, possuía cada vez mais proeminência em relação à outras línguas estrangeiras. Ademais, com o domínio do francês, ainda existiam ótimas oportunidades de se estabelecerem parcerias comerciais e financeiras com firmas e representantes franceses instalados no porto de Jaraguá. Uma outra explicação para tal escolha pode ser o simples fato de que a *Instrução e Amparo* teria em sua principal liderança tal professor, faltando o mesmo para a cadeira de Inglês. Não sabemos ao certo o móvel de tal escolha. De todo modo, começamos a perceber uma leve fricção entre os princípios pedagógicos de Duarte, sua declarada opção positivista/evolucionista, e a opção de oferta do francês, língua muito concorrida à época, porém muito ligada ao ensino das humanidades, ao beletrismo desinteressado e nada utilitário de uma certa elite de base agrária. Ou então, podemos pensar que tal escolha devia-se pura e simplesmente ao fato de que, como a aspiração a ascender socialmente, tornar-se publicista, jornalista ou negociante estabelecido era comum entre os caixeiros, tal ascensão deve vir acompanhada da aquisição ao menos de rudimentos da língua mãe da melhor cultura oferecida pelo mercado mundial das belas artes, a francesa.

Na sessão de 3 de dezembro de 1882, Benedicto de Andrade, que termina sendo um dos diretores mais preocupados com os rumos das aulas ofertadas, reclama da falta de assiduidade dos alunos do curso. Na sessão seguinte, realizada em 10 de dezembro, ele propõe o trancamento das matrículas aos membros do Conselho Diretor que, pelos afazeres inerentes ao cargo que ocupam na entidade, não lhes permite que freqüentem as aulas noturnas. A proposta é discutida e, mesmo acarretando em uma sanção que afetaria diretamente aos presentes, é aprovada por unanimidade. Aqui, parece-nos, fica claro que, por trabalharem o dia inteiro, resta apenas os períodos noturnos aos sócios-diretores para darem conta de seus afazeres na diretoria e estudarem. Como, aparentemente, a demanda dos cargos em que estão investido lhes ocupa este “horário

vago”, terminam sendo impedidos de freqüentar as aulas noturnas, para adquirir a instrução pela qual lutam como objetivo principal da entidade e dos demais sócios! Além de ser mais um exemplo da extensa jornada de trabalho, revela-se aqui um pouco da abnegação e empenho de que se imbuem os homens que se engajam na organização de entidades mutuais como estas. Particularmente no caso dos caixeiros, esta opção é mais difícil ainda em função das poucas horas de descanso que possuem (Diário da Manhã, 4/3/1883).

A abertura das aulas noturnas no ano seguinte (1883) ocorre em 21 de janeiro. Em função da baixíssima freqüência dos alunos, decide-se cancelar o aluguel do imóvel nº 71 da rua Boa Vista e de sua mobília e, por conseguinte, dispensar o encarregado da limpeza, que ao todo somam “vinte e tantos mil réis mensais” aos cofres da entidade. De 1º de março em diante, as aulas, reuniões e assembléias ocorreriam na casa nº 58, residência do presidente, Guido Duarte (Diário da Manhã, 18/3/1883).

Os problemas relativos às faltas dos alunos, que eram tão comuns ao ponto de muitas vezes não ocorrerem aulas, terminavam por desestimular a assiduidade dos próprios professores, ocorrendo eventualmente falta destes. Em decorrência de um problema desta ordem, em março, o presidente Guido Duarte comunica que pelas reiteradas faltas do professor da cadeira de Português, Jose Gomes Pereira - ora por diversos afazeres ora por moléstia -, o que prejudicava “ao bom andamento do curso de preparatórios”, resolveu assumir a regência da mesma cadeira (Diário da Manhã, 12/4/1883).

Algumas semanas depois, avalia-se a conveniência de serem excluídos das matrículas os alunos que desde janeiro até abril não compareceram às aulas, “para evitar assim o trabalho de estarem os professores a escrever-lhes os nomes nas cadernetas e anotar-lhes as faltas interruptas” sem expectativa de que algum dia tais alunos venham a freqüentar as mesmas. É curioso o motivo alegado para exclusão dos alunos – o trabalho extra de escrever os nomes destes nas listas e apontar suas faltas – mas ele pode significar que os professores ministram suas aulas gratuitamente, alguns talvez sendo sócios benemerentes! Por ocasião desta discussão, deliberou-se favorável à medida, o que acarretou na eliminação de sete alunos/sócios das aulas (Diário da Manhã, 16/5/1883). Com a listagem destes nomes, e levando-se em conta as freqüências médias anotadas das cadeiras (como segue em anexo), além de um ou outro nome de alunos que são citados nas atas, temos certamente menos de 15 alunos matriculados até finais de abril de 1883 nas aulas da *Instrução e Amparo*. Talvez este número não passe de uma



dezena! Num universo de 53 sócios que encontramos para a Sociedade (entre sócios honorários, correspondentes e instaladores e/ou efetivos), levando-se em conta que alguns já são letrados, este é um número razoável de matriculados (cerca de 20%), mas pequeníssimo em relação ao dispêndio e esforços empregados ou em relação ao contingente geral de trabalhadores no comércio que deseja instruir-se. Deve-se levar em consideração aqui que a jornada de trabalho é um dos pontos que dificulta a freqüência às aulas, havendo muito dos empregados que se matriculam na expectativa de serem liberados mais cedo de suas lojas, por volta das 7 da noite, porém muitos trabalhavam até as 9 horas ou mais.

Após ficar sabedor desta decisão do Conselho Diretor da Instrução e Amparo, o sócio João Francisco de Andrade solicita sua eliminação do grêmio, justificando tal pedido com o fato de “não poder, por motivos estranhos à sua vontade, freqüentar as aulas do curso” (Diário da Manhã, 30/5/1883). Seu pedido foi aceito por unanimidade pelo Conselho Diretor e, sobre ele, cabe uma breve conjectura. Pensemos um pouco no caso: João Francisco era um sócio que vinha mantendo com regularidade seus pagamentos (informa-se que estava “quite com a associação”) e que, ao que parece, pela sua justificativa, associara-se na expectativa de ter acesso a alguma instrução formal pelas aulas que seriam ofertadas na entidade em período noturno. Pode-se imaginar a seguinte situação: João Francisco calculava o quanto estava gastando de seu parco salário (não ficamos sabendo onde trabalhava, nem quanto recebia, porém não é plausível que ganhasse um bom ordenado) e até que ponto valia à pena o pagamento de sua mensalidade. Obviamente, como não estava freqüentando as aulas, o resultado de seus “investimentos” estava dando negativo: em vez de saldo, estava com um *déficit*, e suas expectativas vinham-se frustrando a cada semana e mês daquele semestre. Mas não era apenas deste modo que ele raciocinava, pois apostava num futuro melhor e esperara que, a partir de algum momento, nas tênues negociações com seu patrão, pudesse ser liberado mais cedo para adquirir as *primeiras letras*, quem sabe consolidar os conhecimentos de Aritmética nas aulas de Escrituração Mercantil e almejar posto mais alto na hierarquia do comércio, que lhe possibilitasse melhores salários e uma jornada de trabalho menos intensa, como era o caso dos guarda-livros. Com a exposição de seu nome em reunião e Ata do Conselho Diretor da entidade, em 29 de abril daquele ano, decidira cancelar seu vínculo com a mutual dos caixeiros, ora porque não havia mais jeito para alcançar seu objetivo de estudar – posto que tivera a matrícula eliminada – ora porque possuía dignidade e não gostara de ver seu nome sendo tratado daquela forma

pela associação na qual confiara. Seu intento fora debalde: seu desejo não fora atendido pelo seu patrão, nem entendido pelos seus colegas de profissão.

Mas, efetivamente, quem e quantos se matricularam nestas disciplinas? Como eram ministradas as aulas? Qual a frequência e aproveitamento obtidos nelas? Qual o proveito tirado, após tantos esforços e gastos dos “cofres sociais” da *Instrução e Amparo*, em torno das aulas oferecidas pela sociedade a seus sócios e familiares? As análises que seguem abaixo para tentar solucionar estas questões foram produzidas a partir dos levantamentos apresentados nas tabelas que seguem em anexo ao final do texto. Inicialmente percebe-se que a cadeira de Português possuiu mais matriculados e frequência que as de Aritmética e Escrituração Mercantil. Estas duas últimas cadeiras, após a primeira aula, apresentaram índices baixíssimos de alunos frequentes. Talvez, levando-se em conta o baixo aproveitamento, deva-se a rejeição à tais aulas pela dificuldade de abstração formal exigida nos conteúdos ministrados, ou mesmo pelo método de ensino. Apesar destas ponderações, surpreende num curso destinado a caixeiros esta preferência pela língua portuguesa, que chega ao dobro, em média. Isto pode sinalizar também para a forte tradição literária presente na educação formal brasileira. É preciso notar, todavia, que há uma inclinação maior para a Escrituração Mercantil do que para a Aritmética básica, e uma provável explicação para isto possa ser o fato de que, efetivamente, eram ensinadas aqui apenas as 4 operações básicas e que elas, grosso modo, já eram dominadas pelos empregados do comércio. A escrituração Mercantil possibilitava acesso a um conhecimento que, bem manejado, poderia propiciar ascensão na hierarquia do trabalho comerciário, como já visto.

A eliminação dos alunos matriculados que não chegaram a frequentar um único dia de aula nos primeiros quatro meses do ano de 1883, ocorrida a partir do final de abril, resultou na redução de mais de 50% dos inscritos. De um total de 22 matrículas existentes, sobraram apenas 8, acarretando inclusive no fechamento da cadeira de Francês, que efetivamente não teve a frequência de um único aluno em 1883! Quadro parecido, para a cadeira de aritmética não se pode dizer que houve algum aluno que haja aproveitado as aulas, à exceção de um breve período entre abril e meados de maio. Cabe aqui, uma breve conjectura, posto que esta tendência de aumento da frequência nestes dois meses também ocorre nas demais disciplinas. Teria isto há ver com o fato de que Guido Duarte assumira praticamente todas aulas, e que havia uma empatia mais forte com ele por parte dos demais alunos? Fica a dúvida.

Acerca do aproveitamento da aprendizagem aferida nos levantamentos, cabe uma breve informação. Parece-nos que, a partir de um determinado número de aulas, onde fica claro, para o professor, que um determinado tópico desenvolvido já foi assimilado pelo(s) aluno(s), este toma, provavelmente em uma argüição oral, o conteúdo ministrado à título de uma verificação da aprendizagem para passagem a um outro tópico ou unidade, podendo significar, em alguns casos, até em passagem para uma cadeira superior. Para os dois meses de 1882, além de um aproveitamento negativo para Francês e um positivo para Aritmética, temos que das três argüições tomadas de Escrituração Mercantil, houve um aproveitamento “bom” em duas delas. Já para Português, com um *notável* número de 11 argüições realizadas em tão pouco tempo, apenas quatro foram positivas, enquanto as demais foram “sofríveis”. Em 1883, esta disciplina continua sendo a que possui um melhor desempenho pedagógico. Das vinte tomadas de aulas entre os aspirantes das primeiras letras da língua pátria, treze foram boas e sete sofríveis, perfazendo um aproveitamento bom de 65%. Em Escrituração Mercantil, das dez tomadas de aulas, seis foram boas e quatro, sofríveis. Em relação à cadeira de Português, a disciplina de Escrituração Mercantil revela um índice de aproveitamento significativamente menor em termos de argüições realizadas, porém com um aproveitamento quase igual, ficando em 60% bom. Já para Aritmética, temos apenas 3 argüições, todas consideradas boas. Registrando, obviamente, a ausência de qualquer avaliação realizada em Francês.

Pelo que podemos depreender do que foi exposto e analisado até o momento a partir das atas – apesar de certamente não corresponder a realidade posto que em alguns casos não são indicados os nomes dos alunos matriculados e/ou freqüentes –, pode-se dizer que, até inícios de abril de 1883, apenas João Luiz Honorato de Almeida teve algum proveito efetivo nas aulas de Português e de Escrituração Mercantil ministradas pela *Instrução e Amparo*. É bom notar, de qualquer modo, que nas avaliações que este aluno realiza, suas *notas* são ora *boas*, ora *sofríveis*, havendo uma oscilação na qualidade da aprendizagem. De todo modo, na ata de 20 de maio de 1883, informa-se que “por seu adiantamento”, ou seja, pela assiduidade nas aulas e aprendizagem, freqüentaria a partir de agora “a cadeira superior” de Português. Além de denotar o bom aproveitamento que o aluno vem obtendo na disciplina, deixa-se claro então que as aulas são ministradas pelo método individualizado. Esta constatação é natural, inclusive pelo baixo número de matriculados nas disciplinas. De qualquer modo, é preciso perceber as divergências entre as idéias e os princípios pedagógicos que guiam a prática

de Guido Duarte em relação à sua efetivação nas aulas da *Instrução e Amparo*. Isto aparece particularmente no que se refere ao método de ensino (inclusive pelas condições estruturais de oferta destas aulas). Convém notar, ainda que, desde o mês de abril, um novo aluno começa a freqüentar as aulas com alguma assiduidade, Francisco Souto Fontan.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando-se em conta os baixos índices de matriculados em geral da população alagoana em idade escolar e os índices menores ainda de freqüência as aulas das cadeiras públicas, é possível considerar que algo deu errado no projeto de curso preparatório noturno da *Instrução e Amparo*? Esta é uma pergunta difícil de ser respondida, pois supõem entre outras questões um critério de análise e parâmetro que, pela escassez de estudos na área da instrução pública em Alagoas, ainda não podem servir de balizas para análise mais concreta. O certo, contudo, seria afirmar que, de alguma forma, as expectativas da diretoria da entidade, e em particular de seu Presidente Guido Duarte, viram seus esforços não reverterem em resultados esperados de matrículas e freqüências, pois chegaram a alugar prédio e mobília, e a contratar um servente para limpeza. Em termos de aproveitamento pelos alunos freqüentes, parece-nos que a avaliação caminha no mesmo sentido de que tais resultados não corresponderam aos esforços despendidos. Neste sentido, primeiramente, é preciso levar em consideração as condições de trabalho dos caixeiros, com sua extensa jornada de trabalho que ou lhes impede de freqüentar as aulas, ou então, os deixam sem condições de concentração adequada após um dia inteiro de labuta. Num segundo momento, devemos levar em consideração a qualificação dos professores para ministrar tais conhecimentos, ponderando que provavelmente o método empregado foi o método individual, o que terminava por deixar o aluno a mercê do *estilo* pedagógico do professor. Por fim, é preciso também levar em conta as cláusulas estatutárias que terminaram, em alguns casos, impedindo membros da diretoria de freqüentarem tais aulas em função da necessidade de se dedicarem a outras atividades da própria entidade nos poucos horários vagos que dispunha.

### **REFERÊNCIAS:**

**FONTES DOCUMENTAIS:**

Diário da Manhã (anos 1882-5) [Arquivo Público de Alagoas]

Guttemberg (ano de 1883) [Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas]

**BIBLIOGRAFIA:**

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. ABC DAS ALAGOAS – Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas, vol. I. Brasília: Senado Federal, 2005.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: EDUNESP, 1999.

LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol. 2 (organização e apresentação por Rachel Rocha). Maceió: EDUFAL, 2001.

SANT'ANA, Moacir. Positivismo e Republicanismo em Alagoas. Maceió: s/editora, 1989.

**ANEXOS**

**QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS E PROFESSORES DAS AULAS DA INSTRUÇÃO E AMPARO**

<b>DIA</b>	<b>2ª-feira</b>	<b>3ª-feira</b>	<b>4ª-feira</b>	<b>5ª-feira</b>	<b>6ª-feira</b>
<b>CADEIRA</b>	Português	Aritmética	Francês	Português	Escrituração Mercantil
<b>PROFESSOR</b>	José Gomes Pereira	?	Guido Duarte	José Gomes Pereira	?

**TABELA 1 - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NAS CADEIRAS OFERTADAS PELA INSTRUÇÃO E AMPARO (OUT-DEZ/1882)**

<b>CADEIRAS</b>	<b>PORTUGUÊS</b>	<b>FRANCÊS</b>	<b>ARITMÉTICA</b>	<b>ESCRITURAÇÃO MERCANTIL</b>
<b>MATRÍCULAS (por semana)</b>	1ª = 12 2ª = 13	1ª = 1 2ª = 2	16	1ª = ? 2ª = 13

		3ª/6ª = 16	3ª/6ª = 4		3ª/6ª = 14
<b>FRE- QUÊN- CIA</b>	<b>1ª semana</b>	6 (média)	1	12	11
	<b>2ª semana</b>	5 (média)	0	5	5
	<b>3ª, 4ª e 5ª semanas</b>	4 (média)	1 (média)	2 (média)	4 (média)
	<b>6ª semana</b>	5 (média)	1	1	1
<b>APROVEITA- MENTO</b>	<b>BOM</b>	4		1	2
	<b>SOFRÍ- VEL</b>	7	1		1

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. In: Diário da Manhã (1882)

**TABELA 2 - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE PORTUGUÊS DA INSTRUÇÃO E AMPARO – jan-jul de 1883**

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO	
			BOM	SOFRÍVEL
22/jan a 11/fev	8	1		
19 a 24/fev	8	1 (apenas 2 dias)		
26/fev a 18/mar	8	1 (apenas 3 dias)	1	
25 a 31/mar	8	1 (apenas 2 dias)	1	
2 a 14/abril	8	2 (em 3 dias)*	1	1
16 a 28/abril	10	3 (media)	2	1
30/abril a 12/maio	4	2 (média)	2	1
14 a 19/maio	4	3	1	
21 a 26/maio	4	2	2	2
28/mai a 2/jun	4	2	1	
6 a 9/jun	4	2 (média)	1	1 (“MÁ”)
11 a 30/jun	4	2 (média)		
2 a 7/jul	3	1		1
9 a 21/jul	3	2 (média)	1	

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. In: Diário da Manhã (1883)

\*Guido Duarte assume a cadeira, que vinha tendo faltas do professor titular, Jose Gomes Pereira. Ao que parece, a frequência melhora.

**TABELA 3 - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE ARITMÉTICA DA INSTRUÇÃO E AMPARO – jan-jul de 1883**

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO	
			BOA	
22/jan a 11/fev	4	0		
19 a 24/fev	4	0		
26/fev a 18/mar	4	0		
25 a 31/mar	4	0		
2 a 14/abril	5	1 (dois dias)	1	
16 a 28/abril	6	1	1	
30/abril a 12/maio	2	1	1	
14 a 19/maio	2	1		
21 a 26/maio	2	0		
28/mai a 2/jun	2	0		
6 a 9/jun	2	2		
11 a 30/jun	2	0		
2 a 7/jul	2	0		
9 a 21/jul	2	0		

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. In: Diário da Manhã (1883)

**TABELA 4 - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE ESCRITURAÇÃO MERCANTIL DA INSTRUÇÃO E AMPARO – jan-jul de 1883**

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO	
			BOA	SOFRÍVEL
22/jan a 11/fev	4	1 aluno, em dois dias apenas	1	
19 a 24/fev	4	1 aluno, em dois dias apenas (João Luiz Honorato de Almeida)	1	
26/fev a 18/mar	4	1 aluno, em três dias apenas (João Luiz Honorato de Almeida)	2[?]	
25 a 31/mar	4	1	1	
2 a 14/abril	5	2 (dois dias)		2

16 a 28/abril	5	2		1
30/abril a 12/maio	2	2		1
14 a 19/maio	2	1		
21 a 26/maio	2	1	1	
28/mai a 2/jun	2	1		
6 a 9/jun	2	1		
11 a 30/jun	1	0		
2 a 7/jul	1	0		
9 a 21/jul	1	0		

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. In: Diário da Manhã (1883)

**TABELA 5 - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE FRANCÊS DA INSTRUÇÃO E AMPARO – jan-jul de 1883**

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO
22/jan a 11/fev	1 (Antonio Pedro de Andrade)	0	
19 a 24/fev	1	0	
26/fev a 18/mar	1	0	
25 a 31/mar	1	0	
2 a 14/abril	1	0	
16 a 28/abril	1	0	
30/abril a 12/maio*			

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. In: Diário da Manhã (1883)

\*A partir desta data as atas não fazem mais referências à cadeira. Pela eliminação de Antonio Pedro de Andrade não há matriculados e a cadeira está suspensa.